

TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

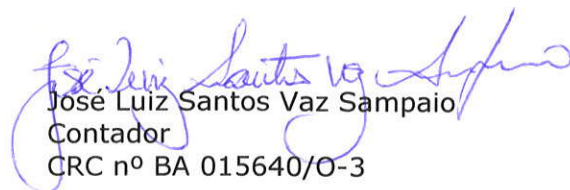
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de maio de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº BA 015640/O-3

IEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	5	236	206	18.839	8.487	Fornecedores		-	7	15.900	19.001
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	3.448	5.447	Fornecedores - partes relacionadas	11	-	-	-	7.802
Contas a receber	7	-	-	50.012	60.872	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	6.486	7.126	33.684	33.186
Dividendos a receber			1.322	-	-	Obrigações tributárias		364	90	6.284	4.079
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	29.692	29.362	Tributos diferidos	10	-	-	1.382	4.391
Adiantamento a fornecedor		-	-	25	21	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.141	5.249
Tributos a recuperar	8	928	867	6.252	6.167	Dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	2.172	1.248
Estoques		-	-	9.570	8.205	Obrigações sociais e trabalhistas		65	64	400	408
Juros sobre capital próprio		3.258	550	-	-	Partes relacionadas	11	-	-	15	14
Despesas antecipadas		-	-	380	36	Outras contas a pagar		-	-	6.056	7.194
Outras contas a receber		-	-	9.764	21.452	Total dos passivos circulantes		6.915	7.287	67.034	82.572
Total dos ativos circulantes	12	2	42	127.982	140.049						
NÃO CIRCULANTES											
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	11.401	10.496	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	10.280	245.517	268.009
Tributos a recuperar	8	-	-	10.639	10.717	Partes relacionadas	11	73.717	81.719	73.717	77.376
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	220.212	231.477	Impostos diferidos	10	-	-	15.927	14.960
Outras contas a receber	12	-	-	4.280	-	Outras contas a pagar		-	-	-	424
Tributos diferidos	10	-	-	10.012	10.012	Total dos passivos não circulantes		73.717	91.999	335.161	360.769
Partes relacionadas	11	33.506	38.855	33.506	31.258						
Depósitos judiciais		491	491	1.256	1.088	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	13	146.591	143.759	-	-	Capital social	18	36.591	36.591	36.591	36.591
Imobilizado	14	1	2	169.761	176.486	Reservas de lucros		70.729	53.352	68.607	47.104
Intangível	15	2.939	3.135	2.970	3.175	Total do patrimônio líquido		107.320	89.943	105.198	83.695
Total dos ativos não circulantes		183.528	186.242	464.037	474.709	Participação de acionistas não controladores		-	-	84.626	87.722
						Total do patrimônio líquido		107.320	89.943	189.824	171.417
TOTAL DOS ATIVOS											
		187.952	189.229	592.019	614.758	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		187.952	189.229	592.019	614.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	-	-	88.950	79.476
CUSTOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	21	-	-	(51.433)	(38.732)
LUCRO BRUTO		-	-	37.517	40.744
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	(685)	(683)	(7.694)	(9.045)
Honorários dos administradores	21	-	-	(1.476)	(572)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	-	291	-	294
Total		(685)	(392)	(9.170)	(9.323)
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 21	30.604	32.467	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		29.919	32.075	28.347	31.421
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	1.951	3.083	56.877	56.598
Despesas financeiras	22	(14.493)	(16.005)	(41.787)	(43.198)
Total		(12.542)	(12.922)	15.090	13.400
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.377	19.153	43.437	44.821
Corrente	19	-	-	(10.577)	(14.869)
Incentivo fiscal	19	-	-	5.029	6.501
Diferido	19	-	-	(967)	5.868
Total		-	-	(6.515)	(2.500)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.377	19.153	36.922	42.321
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores	4			21.503	20.515
Acionistas não controladores	4			15.419	21.806
				36.922	42.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.377	19.153	36.922	42.321
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>17.377</u>	<u>19.153</u>	<u>36.922</u>	<u>42.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONTROLADORA)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva para dividendo obrigatório não distribuído			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		36.591	2.376	31.073	750	-	-	70.790
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.153	19.153	19.153
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	18	-	958	-	-	(958)	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,40 por ação)		-	-	-	4.549	(4.549)	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	13.646	-	(13.646)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		36.591	3.334	44.719	5.299	-	-	89.943
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.377	17.377	17.377
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	18	-	869	-	-	(869)	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,37 por ação)		-	-	-	4.127	(4.127)	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	12.381	-	(12.381)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.591	4.203	57.100	9.426	-	-	107.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONSOLIDADO)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	explicativa	Capital social	Reservas de luc. legal	Reservas de lucros obrigatórios não	lucros retidos	acumulados	proprietários da	acionistas não	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		36.591	2.460	750	23.379	-	63.180	78.162	141.342
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(12.246)	(12.246)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.515	20.515	21.806	42.321
Destinação do lucro:	18								
Constituição de reserva legal		-	958	-	-	(958)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,40 por ação)		-	-	4.549	-	(4.549)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	15.008	(15.008)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		36.591	3.418	5.299	38.387	-	83.695	87.722	171.417
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(18.515)	(18.515)
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	21.503	21.503	15.419	36.922
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal		-	869	-	-	(869)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,37 por ação)		-	-	4.127	-	(4.127)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	16.507	(16.507)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.591	4.287	9.426	54.894	-	105.198	84.626	189.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		17.377	19.153	36.922	42.321
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	21	197	197	11.217	11.296
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	-	3
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	22	-	-	(18.131)	(26.147)
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(1.995)	(1.790)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	16	2.025	2.985	27.628	27.111
Encargos financeiros de contratos de mútuos, líquidos das receitas	11	10.049	9.616	9.936	9.479
Variação cambial líquida	22	-	-	(326)	2.149
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	77	77	197	196
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 21	(30.604)	(32.467)	-	-
Baixa de investimento	13	-	5	-	-
Tributos diferidos		-	-	(2.042)	2.857
Juros e multas a faturar	22	-	-	(20.022)	(16.280)
Reversão do ajuste a valor presente	22	-	-	(10.961)	(6.971)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	30.882	(10.654)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	40.027	26.324
Depósito bancários vinculados		-	-	4.518	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(7)	37
Impostos a recuperar		(1.008)	(614)	(6.501)	(1.100)
Estoques		-	-	(1.365)	1.716
Dividendos a receber		1.322	(1.322)	-	-
Despesas antecipadas		-	-	(388)	26
Depósitos judiciais		-	-	(168)	(139)
Juros sobre capital próprio		(2.708)	(550)	-	-
Outras contas a receber		40	(42)	8.193	(7.295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(7)	(5)	(11.319)	2.897
Obrigações tributárias		1.221	(146)	9.270	276
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.637)	4.268
Obrigações sociais e trabalhistas		1	20	(8)	64
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, líquido do bônus de adimplência	16	(1.789)	(2.837)	(13.078)	(15.193)
Outras contas a pagar		-	-	(2.944)	664
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(3.807)	(5.930)	83.898	46.115
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Efeito de perda de controle por baixa em investida		-	-	-	(6)
Dividendos recebidos	13	27.772	18.368	-	-
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(4.287)	(160)
Aquisição de intangível	15	-	-	-	(4)
Depósitos bancários vinculados		-	-	3.105	1.889
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		27.772	18.368	(1.182)	1.719
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	18	-	-	(15.247)	(8.631)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(11.233)	(7.705)	(36.741)	(30.958)
Pagamento a partes relacionadas		(12.702)	(4.744)	(20.376)	(12.339)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.935)	(12.449)	(72.364)	(51.928)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		30	(11)	10.352	(4.094)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	206	217	8.487	12.581
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	236	206	18.839	8.487
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		30	(11)	10.352	(4.094)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. ("Companhia" ou "TEP") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (GPE), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2016:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com sede em Manaus – Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica (UTE) com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 KW), nos termos Resolução Autorizativa Aneel nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda da energia firme gerada é integralmente transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AME), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S. A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo esse prazo a usina será revertida ao patrimônio da AME sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da planta e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC-06 R1 (operações de arrendamento mercantil) e ao ICPC-03 (aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil).

- Água Limpa Energia S.A. ("ALI"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho Aneel nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S.A. ("ARE"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia são de 08 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da Aneel. Ao final desses prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCH's possuem contrato no âmbito da 1ª etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 21 de dezembro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), às quais se submetem as partes.

A TEP possuía em 2014, também participações societárias na Companhia Energética da Amazônia ("CEA"), sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela TEP e pela GPE, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Salvador, Bahia, tendo como propósito específico a produção, geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, a partir de usinas termoelétricas. Conforme análise da Administração, a Companhia não possui perspectiva de entrar em operação e, por tal motivo, foi efetuada a sua liquidação em 30 de abril de 2015.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobrás, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor ("GSF") de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobrás, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética das mesmas e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobrás possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado. Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobrás será compensado com o valor do prêmio devido pelas Controladas, finalizando a compensação no ano de 2020. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2016 na data base de 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.567 para a ARE e R\$2.170 para a ALI. As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2017. No exercício de 2016, foram reconhecidos nos resultados das Controladas o montante de R\$1.773 (R\$4.491 em 2015) para a ARE e R\$2.373 (R\$6.087 em 2015) para a ALI, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2016 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da Aneel, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de maio de 2017, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) mensurados pelo valor justo no resultado e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia e suas controladas têm a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia e suas controladas referem-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia e suas controladas referem-se substancialmente a caixa e equivalente de caixa, conta a receber, contratos de mútuo, conta corrente com partes relacionadas e arrendamento mercantil a receber.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados pelo valor justo no resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuo e conta corrente com partes relacionadas.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento de sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa no exercício pelo método linear, durante o período de arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificadas como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a AME e, ao final do contrato, esses bens serão transferidos àquela contratante.

O contrato com a AME, dentre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes, configurou-se o arrendamento mercantil financeiro. Na contabilização inicial do contrato, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas do contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do índice geral de preços – mercado (IGP-M) sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o cálculo do IRPJ e CSLL sobre o lucro corrente, a CEM, adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/1991 destinando até 4% do imposto devido para este fim, realiza também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, art. 1º), destinando também até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas ALI e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis à CEM, com exceção do benefício fiscal e Pronac. No exercício de 2016 as Controladas ALI e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nos prejuízos fiscais não utilizados e nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas ALI e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi paralisada até 2018, quando as Companhias pretendem voltar à tributação com base no lucro real. O reconhecimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Na ALI e ARE a receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de

compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, variação cambial e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis à Companhia e sua Controlada, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
• Alterações ao CPC 26 • Alterações ao CPC 27 e CPC 04	• Iniciativa de Divulgação • Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

• Melhorias Anuais • Alterações à IAS 12 • IFRS 9 • IFRS 15 • IFRS 16 • Alterações à IAS 7	• Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b) • Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a) • Instrumentos Financeiros (b) • Receitas de Contratos com Clientes (b) • Arrendamentos (c) • Iniciativa de Divulgação (d)
---	---

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital total (%)	
	2016	2015
Água Limpa Energia S.A.	70	70
Areia Energia S.A.	70	70
Companhia Energética Manauara	60	60

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2016	2015	2016	2015
Controladora	107.320	89.943	17.377	19.153
Baixas do diferido das controladas	(2.122)	(6.248)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	4.126	1.362
Acionistas controladores	105.198	83.695	21.503	20.515
Acionistas não controladores	84.626	87.722	15.419	21.806
Consolidado	<u>189.824</u>	<u>171.417</u>	<u>36.922</u>	<u>42.321</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	-	14	2.469	71
Aplicações financeiras	<u>236</u>	<u>192</u>	<u>16.370</u>	<u>8.416</u>
Total	<u>236</u>	<u>206</u>	<u>18.839</u>	<u>8.487</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 97% e 104,95% da remuneração do CDI.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2016	2015
Banco da Amazônia S.A. – BASA	10.439	12.316
Caixa Econômica Federal - CEF	4.410	3.627
Total	<u>14.849</u>	<u>15.943</u>
Circulante	3.448	5.447
Não circulante	11.401	10.496
Total	<u>14.849</u>	<u>15.943</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 95,79% e 96,29% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2016	2015
Valores a vencer	27.734	27.974
Valores a receber (a)	22.278	32.898
Total	<u>50.012</u>	<u>60.872</u>

- (a) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à AME.

A Companhia e suas controladas, consubstanciadas na análise das contas a receber, não possuem expectativa de perdas relevantes na realização do mesmo, e não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRRF sobre faturamento	-	-	1.842	1.977
IRPJ	-	297	1.980	782
PIS/COFINS/CSLL retido sobre faturamento	-	-	6.672	7.060
IRRF sobre aplicação e outros	828	470	1.515	1.530
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	955	831
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	3.412	3.910
ICMS	-	-	-	97
Outros	100	100	515	697
Total	<u>928</u>	<u>867</u>	<u>16.891</u>	<u>16.884</u>
Circulante	928	867	6.252	6.167
Não circulante	-	-	10.639	10.717
Total	<u>928</u>	<u>867</u>	<u>16.891</u>	<u>16.884</u>

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	2016	2015
Ano de vencimento:		
2016	-	29.362
2017	29.692	30.830
2018	29.093	30.830
2019 a 2025	<u>258.877</u>	<u>251.716</u>
Total	317.662	342.738
Ajuste a valor presente	<u>(67.758)</u>	<u>(81.899)</u>
Total	<u>249.904</u>	<u>260.839</u>
Circulante	29.692	29.362
Não circulante	<u>220.212</u>	<u>231.477</u>
Total	<u>249.904</u>	<u>260.839</u>

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado 2016 e 2015
Prejuízos fiscais acumulados		18.710
Bases negativas acumuladas		19.236
Diferenças temporárias:		
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.461)
Despesas pré-operacionais		4.903
Ativo diferido eliminado na consolidação		7.157
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		29.309
Total de bases negativas e diferenças temporárias		29.835
Imposto de renda	25%	7.327
Contribuição social	9%	2.685
Subtotal de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.012
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		10.508
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(496)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.012

A expectativa da realização dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas está apresentado a seguir:

	Consolidado							2015
	2016							
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Subtotal	Despesas pré-operacionais	Custo de captação	Ativo diferido	Total	Total
2016	-	-	-	-	-	-	-	783
2017	-	-	-	-	-	-	-	783
2018	1.494	538	2.032	416	(70)	490	2.868	2.806
2019	1.643	590	2.233	416	(40)	490	3.099	2.916
2020	1.299	493	1.792	416	(40)	490	2.658	2.724
2021 em diante	241	111	352	419	(346)	962	1.387	-
Total	4.677	1.732	6.409	1.667	(496)	2.432	10.012	10.012

Tributos diferidos passivos

	Consolidado	
	2016	2015
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
- Imposto de renda e contribuição social	(339)	(379)
- PIS e COFINS diferidos	1.382	4.391
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	16.266	15.339
Total	17.309	19.351
Circulante	1.382	4.391
Não circulante	15.927	14.960
Total	17.309	19.351

- (a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSSL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto 3.000/99, art. 409, Decreto-Lei 1.598/77, art. 10, §3, IN SRF 21/79, Lei 9.718/1998, art. 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 6, calculados a alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	Controladora					
			2016			2015		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
Companhia Energética Potiguar	(b)	3,6% a.a. + CDI	-	55.063	(8.594)	-	51.280	(7.569)
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	(d)	CDI + 5,0%.	33.506	-	2.248	31.258	-	2.981
Global Participações em Energia S.A.		3,6% a.a. + CDI	-	-	-	-	-	(2.350)
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.		3,6% a.a. + CDI	-	3.729	(716)	-	5.220	(938)
Companhia Energética Manauara	(a)	IGPM	-	-	(190)	-	4.343	(477)
Jones Aranha de Sá		1,45% a.a. + CDI	-	14.925	(2.874)	-	20.876	(1.603)
Areia Energia S.A.	(b)	30% do IGPM	-	-	3	741	-	69
Água Limpa Energia S.A.	(b)	30% do IGPM	-	-	74	6.856	-	271
Total			33.506	73.717	(10.049)	38.855	81.719	(9.616)

	Ref.	Encargos incidentes	Consolidado					
			2016			2015		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
Companhia Energética Potiguar		3,6% a.a. + CDI	-	55.063	(8.594)	-	51.280	(7.569)
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	(d)	CDI + 5,0%.	33.506	-	2.248	31.258	-	2.981
Global Participações em Energia S.A.	(b)	3,6% a.a. + CDI	-	-	-	-	-	(2.350)
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	(b)	3,6% a.a. + CDI	-	3.729	(716)	-	5.220	(938)
Jones Aranha de Sá		3,6% a.a. + CDI	-	14.925	(2.874)	-	20.876	(1.603)
Companhia Energética Manauara	(a)	IGPM	-	-	-	-	-	-
Subtotal mútuo			33.506	73.717	(9.936)	31.258	77.376	(9.479)
<u>Compra de combustível</u>								
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	(e)		-	-	-	-	7.802	-
Subtotal compra de combustível			-	-	-	-	7.802	-
<u>Conta corrente</u>								
Global Engenharia Ltda.	(c)	sem encargos	-	-	-	-	1	-
Candeias Energia S.A	(c)	sem encargos	-	15	-	-	13	-
Subtotal conta corrente			-	15	-	-	14	-
Total			33.506	73.732	(9.936)	31.258	85.192	(9.479)
Circulante			-	15	-	-	7.816	-
Não Circulante			33.506	73.717	-	31.258	77.376	-
Total			33.506	73.732	-	31.258	85.192	-

- (a) Recursos recebidos da controlada CEM e empresa ligada, para repasse as controladas ALI e ARE.

- (b) Recursos repassados as controladas ALI e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- (c) Os valores registrados como conta corrente com as controladas e empresas ligadas, constituem reembolso de despesas e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.
- (d) Valores aportados nas controladas ALI e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- (e) Saldo em aberto relativo a compra de combustíveis pela controlada indireta CEM junto a Petrobras. O efeito no resultado é equivalente ao montante líquido da CCC-ISOL, custo que é assumido pela controlada.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Eletrobrás - CCC-ISOL (a)	-	-	3.434	7.802
Adiantamento a fornecedor	-	-	4.074	527
Wartsilla Finland OY (b)	-	-	2.497	8.761
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	2.044	1.556
Outras	2	42	1.995	2.806
Total	2	42	14.044	21.452
Circulante	2	42	9.764	21.452
Não circulante	-	-	4.280	-
Total	2	42	14.044	21.452

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobrás diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A Companhia efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo (ver nota explicativa nº 13) para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobrás junto ao fornecedor.

- (b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas:

	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido 2016	Dividendos	Lucro líquido/ (Prejuízo)
CEM	27.000	60%	50.000	152.607	(46.287)	34.529
ALI	28.902	70%	41.288	40.421	-	8.763
ARE	27.968	70%	39.954	38.189	-	5.362

2015						
CEM	27.000	60%	50.000	164.365	(18.368)	55.277
ALI	28.902	70%	41.288	31.658	-	(629)
ARE	27.968	70%	39.954	32.827	-	(370)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas				Total
	ALI	ARE	CEM	CEA	
Saldo em 31/12/2014	22.601	23.238	83.821	5	129.665
Resultado de equivalência patrimonial	(440)	(259)	33.166	-	32.467
Dividendos recebidos	-	-	(18.368)	-	(18.368)
Baixa de investimento	-	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31/12/2015	22.161	22.979	98.619	-	143.759
Resultado de equivalência patrimonial	6.134	3.753	20.717	-	30.604
Dividendos recebidos	-	-	(27.772)	-	(27.772)
Saldo em 31/12/2016	<u>28.295</u>	<u>26.732</u>	<u>91.564</u>	<u>-</u>	<u>146.591</u>

14. IMOBILIZADO

	Controladora			Consolidado								
	Móveis e utensílios 10%	Equipamentos de informática 20%	Total	Terrenos (a)	Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	Móveis e utensílios 10%	Máquinas, equipamentos (a)	Reservatório, barragens e adutoras (a)	Equipamentos de informática 20%	Imobilizado em curso	Veículos 20%	Total
Taxa de depreciação												
Custo corrigido												
Saldos em 31/12/14	9	11	20	1.313	40.331	240	90.108	96.584	57	68	35	228.736
Adições	-	-	-	-	-	5	77	-	32	46	-	160
Baixas	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-	-	1	41	-	-	(42)	-	-
Saldos em 31/12/15	9	11	20	1.313	40.331	246	90.223	96.584	89	72	35	228.893
Adições	-	-	-	-	-	1	3.527	-	66	693	-	4.287
Transferências	-	-	-	-	9	-	-	-	-	(9)	-	-
Saldos em 31/12/16	9	11	20	1.313	40.340	247	93.750	96.584	155	756	35	233.180
Depreciação acumulada												
Saldos em 31/12/14	(6)	(11)	(17)	(240)	(6.447)	(172)	(16.543)	(17.883)	(16)	-	(14)	(41.315)
Adições	(1)	-	(1)	(65)	(1.983)	(33)	(4.352)	(4.621)	(32)	-	(6)	(11.092)
Saldos em 31/12/15	(7)	(11)	(18)	(305)	(8.430)	(205)	(20.895)	(22.504)	(48)	-	(20)	(52.407)
Adições	(1)	-	(1)	(65)	(1.956)	(9)	(4.377)	(4.556)	(42)	-	(7)	(11.012)
Saldos em 31/12/16	(8)	(11)	(19)	(370)	(10.386)	(214)	(25.272)	(27.060)	(90)	-	(27)	(63.419)
Saldos líquidos em 31/12/16	1	-	1	943	29.954	33	68.478	69.524	65	756	8	169.761
Saldos líquidos em 31/12/15	2	-	2	1.008	31.901	41	69.328	74.080	41	72	15	176.486

(a) As controladas ALI e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2016. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas ALI e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitoria, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$88.658 e R\$76.257 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (2015, R\$94.476 e R\$81.245), líquidos de depreciação.

15. INTANGÍVEL

			2015		2015
	Taxas anuais de		Amortização	Valor	Valor
	amortização (%)	Custo	acumulada	líquido	líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	<u>4.100</u>	<u>(1.161)</u>	<u>2.939</u>	<u>3.135</u>
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	42	(28)	14	21
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(9)	17	19
Direitos de outorga	4,8%	<u>4.100</u>	<u>(1.161)</u>	<u>2.939</u>	<u>3.135</u>
Total		<u>4.168</u>	<u>(1.198)</u>	<u>2.970</u>	<u>3.175</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.331	3.375
Adição	-	4
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(204)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.135	3.175
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.939</u>	<u>2.970</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos	Controladora			
					Principal		Total	
					Circulante	Não circulante	2016	2015
<u>Moeda nacional</u>								
Banco do Brasil	(a)	set/17	CDI + 2,1% a.a.	839	5.704	-	6.543	17.541
(-) Custos de transação				-	(57)	-	(57)	(135)
Subtotal				839	5.647	-	6.486	17.406
Circulante				839	5.647	-	6.486	7.126
Não circulante				-	-	-	-	10.280
Total				839	5.647	-	6.486	17.406
<u>Consolidado</u>								
<u>Moeda nacional</u>								
Banco do Brasil	(a)	set/17	CDI + 2,1% a.a.	839	5.704	-	6.543	17.541
(-) Custos de transação				-	(57)	-	(57)	(135)
Subtotal				839	5.647	-	6.486	17.406
Caixa Econômica Federal	(b)	jun/30	TJLP + 3,7% a.a.	156	7.408	91.645	99.209	99.208
(-) Custos de transação				-	(9)	(110)	(119)	(147)
Subtotal				156	7.399	91.535	99.090	99.061
Banco da Amazônia S.A.	(c)	mai/30	8,5% a.a.	265	2.467	30.846	33.578	36.047
(-) Custos de transação				-	(91)	(1.140)	(1.231)	(1.322)
FDA	(d)	jul/27	TJLP + 1,65% a.a.	720	8.740	85.795	95.255	96.527
FNO EXT	(e)	nov/25	2,55% a. a.	16	1.015	8.024	9.055	10.066
FNO operacional	(e)	abr/19	8,5% a. a.	46	3.436	4.865	8.347	11.921
FNO (conversão)	(e)	out/26	8,5% a.a.	159	2.870	25.592	28.621	31.489
Subtotal				1.206	18.437	153.982	173.625	184.728
Total				2.201	31.483	245.517	279.201	301.195
Circulante				2.201	31.483	-	33.684	33.186
Não circulante				-	-	245.517	245.517	268.009
Total				2.201	31.483	245.517	279.201	301.195

- a) Portabilidade realizada do Banco Santander para o Banco do Brasil em um montante de R\$24.643. O contrato foi assinado em 13 de outubro de 2014. Originalmente o contrato com o Santander teve o objetivo de viabilizar a construção das PCH's. Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (ALI) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030. Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas ALI e ARE, no montante de R\$29.460 (ALI) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.
- d) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da TJLP - taxa de juros a longo prazo), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.
- e) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia - BASA, nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133 respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para viabilizar a conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 8,50%, 8,50% e 2,94% ao ano, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	371	24.515	24.886	23.913	296.126	320.039
Juros e variações monetárias provisionados	2.985	-	2.985	27.111	-	27.111
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(2.837)	-	(2.837)	(15.193)	-	(15.193)
Amortização dos custos de captação	77	-	77	196	-	196
Transferências	14.235	(14.235)	-	28.117	(28.117)	-
Pagamentos	(7.705)	-	(7.705)	(30.958)	-	(30.958)

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.126	10.280	17.406	33.186	268.009	301.195
Juros e variações monetárias provisionados	2.025	-	2.025	27.628	-	27.628
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(1.789)	-	(1.789)	(13.078)	-	(13.078)
Amortização dos custos de captação	77	-	77	197	-	197
Transferências	10.280	(10.280)	-	22.492	(22.492)	-
Pagamentos	(11.233)	-	(11.233)	(36.741)	-	(36.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.486	-	6.486	33.684	245.517	279.201

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	10.280	-	32.834
2018	-	-	25.852	22.554
2019	-	-	23.354	22.554
2020	-	-	22.254	22.554
2021 em diante	-	-	174.057	167.513
Total	-	10.280	245.517	268.009

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Termoeletrica Potiguar S.A.

O Contrato estabelece que a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio só poderá ocorrer quando o ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) estiver abaixo de 1,3.

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente – Companhia Energética Manauara; (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.058.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interveniente – Cia Energética Manauara; (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$2.273.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida (*)	maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido / Passivo total (*)	maior ou igual a 23 %
Capital social / Investimento total (*)	maior ou igual a 23 %
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	três vezes o serviço da dívida
	10% do faturamento dos seis primeiros meses
Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida

(*) Caixa Econômica Federal

(**) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

- FNO I: a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina, linha de transmissão); b) Extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; c) Penhor cedular 1-dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2-dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre Amazonas Distribuidora de Energia S/A (AME) e a CEM; 3-dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a CEM; 4-de ações do capital social da CEM; e 5-de ações ordinárias nominativas do capital da CEM;
- Giro Amazônia (médio prazo): Fiança da Petrobras Distribuidora (40%) e TEP (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO;
- FNO Conversão do gás: 1- Hipoteca do Terreno da Usina; 2 - Construções Civis Vinculado ao contrato FII-G-084-07/0017-2 (Construção Civil, Instalações e Infra Estrutura geral); 3 - Máquinas e Equipamentos Financiados através do contrato FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores Navais modelo Wartsila, completos com suas partes e acessórios; 4 - 05 (cinco) geradores; 06 - Alienação Fiduciária de 03 (três) Compressores.
- FNO Operacional: (Fiança da Petrobras Distribuidora (40%) e TEP (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO;
- Debêntures FDA: 1) Hipoteca do terreno da usina; 2) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; 3) Seguro performance de conclusão do empreendimento 4) Cessão de direitos dos direitos emergentes de Concessão e Penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a CEM; 5) Penhor do contrato de garantia entre a Eletronorte, AME e a CEM.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida Manter aplicado o valor referente ao primeiro e último serviço da dívida.
---	---

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e ALI são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, a controlada já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2015, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$204 (2014, R\$65). Os assessores jurídicos da controlada consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal. Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma a ALI efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2015, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$36.591 está representado por 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	9.007.536	80%
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	2.251.884	20%
Total	<u>11.259.420</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social.

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.437	44.820
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(14.769)	(15.239)
Diferenças temporárias e permanentes		
CPC 06	2.068	3.710
Adições e exclusões líquidas	-	(4.387)
Despesas indedutíveis	2.533	1.047
Impostos correntes sobre lucro real	(10.168)	(14.869)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(409)	-
Imposto de renda e contribuição social	(10.577)	(14.869)
Incentivos fiscais do imposto de renda	5.029	6.501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(967)	5.868
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>6.515</u>	<u>(2.500)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de venda de energia	134.652	123.358
Deduções de vendas		
ICMS	(31.146)	(27.663)
PIS	(2.447)	(2.766)
COFINS	(11.297)	(12.733)
P&D	(812)	(720)
Total	<u>88.950</u>	<u>79.476</u>

21. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos e despesas com pessoal	(352)	(306)	(4.827)	(4.556)
Materiais	-	-	(26.817)	(12.787)
Depreciação e amortização	(197)	(197)	(11.217)	(11.296)
Taxas de utilização do sistema de transmissão	-	-	(735)	(1.181)
Custos com manutenção e operação	-	-	(1.411)	(1.344)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1)	(42)	(33)
Custos e despesas com seguros	-	-	(726)	(623)
Despesas com viagens e comunicações	-	(5)	(402)	(326)
Serviços de terceiros	(70)	(63)	(11.625)	(12.508)
Assessoria e consultoria	-	-	(1.868)	(1.580)
Tributos	(18)	(5)	(811)	(579)
Resultado de equivalência patrimonial	30.604	32.467	-	-
Custos com óleos combustíveis	-	-	(1.032)	(895)
Outros	(48)	185	910	(347)
Total	<u>29.919</u>	<u>32.075</u>	<u>(60.603)</u>	<u>(48.055)</u>
Classificados como:				
Custos de manutenção e operação	-	-	(51.433)	(38.732)
Gerais e administrativas	(685)	(683)	(7.694)	(9.045)
Honorários dos administradores	-	-	(1.476)	(572)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	291	-	294
Resultado de equivalência patrimonial	30.604	32.467	-	-
Total	<u>29.919</u>	<u>32.075</u>	<u>(60.603)</u>	<u>(48.055)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações	49	34	3.356	2.713
Juros de mútuo	2.325	3.321	2.248	3.661
Juros e multa a faturar (a)	-	-	20.022	16.280
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	10.961	6.971
Autualização monetária do arrendamento mercantil	-	-	18.131	26.147
Pis e Cofins sobre receita financeira	(467)	(274)	(609)	(326)
Outras receitas	44	2	2.768	1.152
Total receitas financeiras	<u>1.951</u>	<u>3.083</u>	<u>56.877</u>	<u>56.598</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(2.025)	(2.985)	(27.628)	(27.111)
Amortização dos custos de captação	(77)	(77)	(197)	(196)
Juros de mora	-	-	(1.297)	-
Juros e multa s/impuestos	(3)	-	(438)	-
Juros s/mútuos	(12.374)	(12.937)	(12.184)	(13.140)
Variação cambial líquida	-	-	326	(2.149)
Outras despesas	(14)	(6)	(369)	(602)
Total despesas financeiras	<u>(14.493)</u>	<u>(16.005)</u>	<u>(41.787)</u>	<u>(43.198)</u>
Resultado financeiro	<u>(12.542)</u>	<u>(12.922)</u>	<u>15.090</u>	<u>13.400</u>

(a) Ver nota explicativa nº 7.

23. SEGUROS

As controladas ALI, ARE e CEM possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2016, as controladas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	ALI	ARE	CEM
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	105.935	94.118	746.737
Lucros cessantes	18.764	17.494	-
Responsabilidade civil	-	-	12.036
Responsabilidade civil administração	-	-	18.593

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em

consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo da flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia – As controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível – A controlada CEM gera energia por meio de UTE, numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria em redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ativos financeiros	Controladora					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	
Caixa e equivalentes a caixa	236	-	-	-	-	236
Juros sobre capital próprio	3.258	-	-	-	-	3.258
Partes relacionadas	-	-	-	-	33.506	33.506
Outras contas a receber	2	-	-	-	-	2
Total	<u>3.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.506</u>	<u>37.002</u>

Passivos financeiros	Controladora					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	
Empréstimos e financiamentos	6.486	-	-	-	-	6.486
Obrigações tributárias	364	-	-	-	-	364
Obrigações trabalhistas e sociais	65	-	-	-	-	65
Partes relacionadas	-	-	-	-	73.717	73.717
Total	<u>6.915</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.717</u>	<u>80.632</u>

Ativos financeiros	Consolidado					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	
Caixa e equivalentes de caixa	18.839	-	-	-	-	18.839
Partes relacionadas	-	-	-	-	33.506	33.506
Contas a receber	50.012	-	-	-	-	50.012
Arrendamento mercantil a receber	29.692	29.093	29.093	29.093	132.933	249.904
Depósitos bancários vinculados	3.448	-	-	-	11.401	14.849
Outras contas a receber	9.764	-	-	-	4.280	14.044
Total	<u>111.755</u>	<u>29.093</u>	<u>29.093</u>	<u>29.093</u>	<u>182.120</u>	<u>381.154</u>

Passivos financeiros	Consolidado					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	
Fornecedores	15.900	-	-	-	-	15.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures	33.684	25.852	23.354	22.254	174.057	279.201
Obrigações tributárias	6.284	-	-	-	-	6.284
IRPJ e CSLL	1.141	-	-	-	-	1.141
Dividendos a pagar	2.172	-	-	-	-	2.172
Obrigações sociais e trabalhistas	400	-	-	-	-	400
Partes relacionadas	15	-	-	-	73.717	73.732
Outras contas a pagar	6.056	-	-	-	-	6.056
Total	<u>65.652</u>	<u>25.852</u>	<u>23.354</u>	<u>22.254</u>	<u>247.774</u>	<u>384.886</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2016. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Controladora					
Modalidade	Risco	Cenário			Provável I	Possível II	Remoto III
		Provável I	Possível II	Remoto III			
Passivos		-	25%	50%		25%	50%
Contratos de mútuo	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(80.868)	(82.655)	(84.443)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(7.115)	(7.272)	(7.430)
		Total dos passivos			(87.983)	(89.928)	(91.873)
Ativos							
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,70%ss	7,28%	4,85%	259	253	247
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	36.756	35.944	35.131
		Total dos ativos			37.015	36.197	35.378
		Total			(50.968)	(53.731)	(56.494)
		Efeito no patrimônio líquido			(4.507)	(7.270)	(10.033)

		Consolidado					
Modalidade	Risco	Cenário			Provável I	Possível II	Remoto III
		Provável I	Possível II	Remoto III			
Passivos							
Empréstimos e financiamentos - CEF	Alta da TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	(106.522)	(108.380)	(110.238)
Empréstimos e debêntures - BASA	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(102.399)	(104.185)	(105.971)
Empréstimos e financiamentos - BB	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(7.115)	(7.272)	(7.430)
Contratos de mútuo	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(80.868)	(82.655)	(84.443)
					(296.904)	(302.492)	(308.082)
Ativos							
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	17.958	17.561	17.164
Depósitos vinculados	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	16.289	15.929	15.569
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	36.756	35.944	35.131
Receita de Venda	Baixa do CDI	5,00%	3,75%	2,50%	93.398	92.286	91.174
					164.401	161.720	159.038
					(132.503)	(140.772)	(149.044)
					(11.630)	(19.899)	(28.171)

Instrumentos financeiros derivativos - Manaus

O contrato de emissão das debêntures mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras permite a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM optar por converter em ações preferenciais ou ordinárias as debêntures subscritas, até o limite de 15% do montante das debêntures subscritas. Esta opção concedida à SUDAM caracteriza um derivativo, a ser reconhecido nas demonstrações financeiras. De acordo com o pronunciamento CPC 38 – Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia entende não haver mais saldo de valor justo deste derivativo no valor no passivo não circulante.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$1.654 (Água Limpa) R\$1.279 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$370 (Água Limpa) e R\$297 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031;
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.016 (Água Limpa) e R\$785 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2017;
- Assessoria e gestão no valor de R\$268 (Água Limpa) e R\$197 (Areia), com vigência indeterminada.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2016 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377 (Água Limpa), R\$1.632 (Areia) e R\$4.626 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$904 (CEM).
- Distribuição de dividendos com compensação de saldo de partes relacionadas R\$9.067 (CEM).
- CCC Eletrobrás de R\$26.180. Ver nota explicativa nº 12.

Exercício de 2015 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.042 (Água Limpa), R\$1.046 (Areia), R\$3.681 (CEM) e R\$71 (TEP).
- CCC Eletrobrás de R\$27.835. Ver nota explicativa nº 12.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2017 os contratos de seguro das suas Controladas (ALI e ARE) foram renovados com coberturas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas aprovaram as demonstrações financeiras e notas explicativas acessórias à estas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e as contas dos administradores relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da controlada CEM. Adicionalmente, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício conforme a seguir: R\$1.040 mil para reserva legal; R\$5.029 mil para reserva de incentivos fiscais; R\$8.339 mil de dividendos mínimos obrigatórios; e R\$25.017 mil de dividendos adicionais.

Em 02 de maio de 2017, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas aprovaram as demonstrações financeiras e notas explicativas acessórias à estas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e as contas dos administradores relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 das controladas ALI e ARE. Adicionalmente, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício conforme a seguir: absorção dos prejuízos acumulados, sendo R\$8.762 mil de lucro líquido na ALI, que foi absorvido pelos prejuízos acumulados de R\$9.630 mil; e R\$5.363 mil de lucro líquido na ARE, que foi absorvido pelos prejuízos acumulados de R\$7.129 mil.

